

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCOS JOEL VACCARELLI

EPISTEMICÍDIO EM JOÃO SURÁ: OLHARES DA ACADEMIA

MATINHOS

2022

MARCOS JOEL VACCARELLI

EPISTEMICÍDIO EM JOÃO SURÁ: OLHARES DA ACADEMIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino das Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Lourival de Moraes Fidelis

MATINHOS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

V114e Vaccarelli, Marcos Joel
 Epistemicídio em João Surá: olhares da academia / Marcos Joel Vaccarelli ;
 orientador Lourival de Moraes Fidelis. – 2022
 64 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
 Matinhos/PR, 2022.

 1. Epistemicídio. 2. João Surá. 3. Quilombo. I. Dissertação (Mestrado) – Mestrado
 Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais. II. Título.

CDD – 305.896

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MARCOS JOEL VACCARELLI** intitulada: **EPISTEMICÍDIO EM JOÃO SURÁ: OLHARES DA ACADEMIA**, sob orientação do Prof. Dr. LOURIVAL DE MORAES FIDELIS, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 12 de Dezembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

13/12/2022 12:21:26.0

LOURIVAL DE MORAES FIDELIS

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

15/12/2022 11:32:25.0

ELISIANI VITÓRIA TIEPOLO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/12/2022 09:41:51.0

DANIELLE MARAFON

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/12/2022 20:24:18.0

MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico este trabalho aos meus ancestrais.

AGRADECIMENTOS

A educação permite algumas revoluções. Nesse sentido, abro meus agradecimentos à Universidade Federal do Paraná, pois é o acesso à educação Superior pública, gratuita e de qualidade que possibilita nossa evolução como sujeitos e sociedade.

Aos meus pais, Salvador e Anita, agradeço pela dedicação e carinho.

Às minhas irmãs, Maria e Magna, companheiras de jornada, meu eterno obrigado.

À minha amada esposa, Etienne, que todos os dias me inspira a ser mais e melhor. Gratidão.

Ao Heitor, o meu domador de cavalos. Obrigado pela honra de ser seu pai.

Agradeço também ao conjunto de docentes do PROFCIAMB, que de forma acolhedora e amorosa sempre estimularam o meu desenvolvimento intelectual.

À Érika de Castro Correa, assessora do mestrado, fica registrada minha gratidão pela solicitude e presteza.

Também sou grato a todos os colegas pelos ótimos momentos.

Por fim, mas não menos importante, quero registrar nominalmente meus colegas Ângela Rodrigues, Fernando Brock, Roberta Alvin e Vandra Feretti. Serei sempre grato pelo apoio, carinho e atenção. Muito obrigado!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

V

Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus?!
Ó mar, por que não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
De teu manto este borrão?...
Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!

Quem são estes desgraçados
Que não encontram em vós
Mais que o rir calmo da turba
Que excita a fúria do algoz?
Quem são? Se a estrela se cala,
Se a vaga à pressa resvala
Como um cúmplice fugaz,
Perante a noite confusa...
Dize-o tu, severa Musa,
Musa libérrima, audaz!...

São os filhos do deserto,
Onde a terra esposa a luz.
Onde vive em campo aberto
A tribo dos homens nus...
São os guerreiros ousados
Que com os tigres mosqueados
Combatem na solidão.
Ontem simples, fortes, bravos.
Hoje míseros escravos,
Sem luz, sem ar, sem razão. . .

São mulheres desgraçadas,
Como Agar o foi também.
Que sedentas, alquebradas,
De longe... bem longe vêm...
Trazendo com túbios passos,
Filhos e algemas nos braços,
Como Agar sofrendo tanto,
Que nem o leite de pranto
Têm que dar para Ismael.

Lá nas areias infindas,
Das palmeiras no país,
Nasceram crianças lindas,
Viveram moças gentis...

Passa um dia a caravana,
Quando a virgem na cabana
Cisma da noite nos véus ...
... Adeus, ó choça do monte,
... Adeus, palmeiras da fonte!...
... Adeus, amores... adeus!...

Depois, o areal extenso...
Depois, o oceano de pó.
Depois no horizonte imenso
Desertos... desertos só...
E a fome, o cansaço, a sede...
Ai! quanto infeliz que cede,
E cai p'ra não mais s'erguer!...
Vaga um lugar na cadeia,
Mas o chagal sobre a areia
Acha um corpo que roer.

Ontem a Serra Leoa,
A guerra, a caça ao leão,
O sono dormido à toa
Sob as tendas d'amplidão!
Hoje... o porão negro, fundo,
Infecto, apertado, imundo,
Tendo a peste por jaguar...
E o sono sempre cortado
Pelo arranco de um finado,
E o baque de um corpo ao mar...
Ontem plena liberdade,
A vontade por poder...
Hoje... cúm'lo de maldade,
Nem são livres p'ra morrer. .
Prende-os a mesma corrente
- Férrea, lúgubre serpente -
Nas roscas da escravidão.
E assim zombando da morte,
Dança a lúgubre coorte
Ao som do açoute... Irrisão!...

Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus?!...
Ó mar, por que não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
Do teu manto este borrão?
Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão! ...

CASTRO ALVES

in O Navio Negreiro (1880).

RESUMO

Dos três estados da Região Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, o território paranaense é o que apresenta o maior percentual de população negra e parda. Um conjunto de desigualdades apontam como esses cidadãos não são reconhecidos como relevantes dentro da constituição histórica do Brasil e, por consequência, do estado. Indicador importante dessa situação, dentro da realidade de nosso estado, é a tentativa reiterada de se construir no ideário coletivo a certeza de que Curitiba e todo o território paranaense é um estado “mais europeu”. Portanto, faz-se necessário e urgente contrapor esse movimento de apagamento, que ainda existe em nossa sociedade, com uma outra perspectiva. Para tanto, precisamos dos esforços de pesquisadores e teóricos que comprovaram a relevante contribuição dessa parcela da população na constituição do território paranaense. Nesse sentido, nesta dissertação buscou-se verificar em trabalhos acadêmicos produzidos entre 2012 e 2020 indícios de processo de epistemicídio na Comunidade Remanescente de Quilombo de João Surá, localizada no município de Adrianópolis, no estado do Paraná. Com a finalidade de realizar conjecturas consistentes, oriundas das leituras dos textos selecionados, escolhemos como ferramenta metodológica a Análise de Conteúdo. No sentido de refletir sobre o epistemicídio e verificar se, baseado na bibliografia arrolada, podemos considerar como um evento que está ocorrendo, e se ocorre, em qual intensidade, na localidade estudada, utilizamos como balizas teóricas as discussões traçadas por Boaventura de Sousa Santos; Sueli Carneiro; Mogobe Ramose; e Djamila Ribeiro. Se a história do povo negro, com cerca de 4 milhões de pessoas retiradas à força do continente africano, foi de três séculos de subalternização, apagamento e morte, a realidade da Comunidade de Remanescentes de Quilombo João Surá aponta para uma direção que possibilita vislumbrar uma trajetória de esperança, de muitos embates e desafios, como por exemplo, as tensões fundiárias, mas com um horizonte de resistência e lutas.

Palavras-chave: epistemicídio; João Surá; quilombo; subalternização; apagamento racial.

ABSTRACT

Of the three states in the southern region - Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul - the territory of Paraná has the highest percentage of black and mixed-race population. A set of inequalities point out how these citizens are not recognized as relevant within the historical constitution of Brazil and, consequently, of the state. An important indicator of this situation, within the reality of our state, is the repeated attempt to build in the collective ideology the certainty that Curitiba and the entire territory of Paraná is a “more European” state. Therefore, it is necessary and urgent to oppose this erasure movement, which still exists in our society, another perspective, which requires efforts of researchers and theorists who have proven the relevant contribution of this part of the population in the constitution of Paraná's territory. In this sense, our dissertation seeks to verify, in academic works, produced between 2012 and 2020, evidence of an epistemicide process in the Remaining Community of Quilombo de João Surá, located in Adrianópolis city, in the state of Paraná. In order to make consistent conjectures, arising out from readings of selected texts, the Content Analysis was chosen as a methodological tool regarding to reflect on epistemicide, and to verify if, based on the bibliography listed, it is possible to consider it as an event that is occurring, and if it occurs, at what intensity, in the studied location, was used as theoretical references the discussions outlined by Boaventura de Sousa Santos; Aparecida Sueli; Mogobe Ramose; and Djamila Ribeiro. If the history of black people, with about 4 million people forcibly removed from the African continent, was composed of three centuries of subordination, erasure and death, the reality of João Surá's Quilombo Remnants Community points to a direction that makes it possible to glimpse a trajectory of hope, of many clashes and challenges, such as territorial disputes, but with a perspective of resistance and struggles.

Keywords: epistemicide; João Surá; quilombo; subalternization; racial erasure.

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

FIGURA 1	-	Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.....	20
FIGURA 2	-	Comunidades Remanescentes de Quilombo no Paraná.....	39
IMAGEM 1	-	Placa na entrada da Comunidade.....	36
IMAGEM 2	-	Altar em homenagem a São Gonçalo.....	53
IMAGEM 3	-	Danças e cantos em frente ao altar dedicado a São Gonçalo.....	54
IMAGEM 4	-	Detalhe do café oferecido aos convidados da romaria em homenagem a São Gonçalo.....	54
IMAGEM 5	-	Entrada do Colégio Quilombola Diogo Ramos.....	56
IMAGEM 6	-	Colação de Grau com solenidade realizada na Comunidade Remanescente de Quilombo de João Surá.....	60

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- Comunidades Remanescentes de Quilombo no Município de Adrianópolis.....	28
QUADRO 2	- Investigações Acadêmicas sobre a CRQ João Surá de 2012 a 2020 disponíveis na Base BDTD	40

LISTA DE SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CNT	Comunidades Negras Tradicionais
CRQ	Comunidade de Remanescentes de Quilombo
EENP	Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná
FCP	Fundação Cultural Palmares
GTCM	Grupo de Trabalho Clóvis Moura
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LECAMPO	Licenciatura em Educação Campo da UFPR Setor Litoral
PEL	Parque Estadual das Lauráceas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	Projeto Político Pedagógico
SESC	Serviço Social do Comércio
SL	Setor Litoral
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	JUSTIFICATIVA.....	20
3	OBJETIVOS.....	25
3.1	OBJETIVO GERAL.....	25
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	25
4	ELEMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	27
4.2	TÉCNICAS USADAS PARA BALIZAR AS INFERÊNCIAS.....	28
5	PREÂMBULO PARA UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	29
5.1	DE ESCRAVIZADO A CIDADÃO.....	29
5.2	A ENCRUZILHADA DOS LIBERTOS.....	31
5.3	EPISTEMICÍDIO COMO SOLUÇÃO.....	32
5.4	A ESCOLA E OS APAGAMENTOS.....	33
5.5	LUGAR DE FALA DOS APAGADOS.....	34
6	DISCUSSÃO SOBRE OS TRABALHOS ACADÊMICOS.....	36
6.1	EPISTEMICÍDIO: NOTAS TEÓRICAS E MATERIALIDADES.....	45
6.2	A VOZ DOS SUJEITOS.....	51
6.3	COLÉGIO DIOGO RAMOS – UMA EDUCAÇÃO FRONTEIRIÇA.....	56
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

Sou o terceiro filho de uma dona de casa e de um trabalhador da construção civil. Ela, filha de imigrantes nordestinos; ele, filho de emigrantes italianos, ambas as famílias de pequenos lavradores do interior paulista. Apesar dos poucos anos de estudos formais, meus pais sempre me estimulavam muito a ler e a estudar. Desde cedo, em nosso lar, todos os filhos já sabiam da importância da educação formal como elemento que possibilita alguma mobilidade social.

Nas próximas linhas, detalharei meu percurso no Ensino Superior e como minha trajetória acadêmica, pessoal e profissional tem a Universidade Federal do Paraná (UFPR) como elemento central.

Em 1994, vindo do interior do estado, ingresso na vida universitária, no curso de Bacharelado em Geologia da UFPR, no qual fui apresentado aos aspectos geomorfológicos do atual território paranaense. Durante quatro semestres percorri, em aulas de campo, o estado do Paraná, analisando seu relevo, sua origem, sua evolução e, eventualmente, conhecendo seus moradores.

No ano de 1997, matriculei-me no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, também na UFPR. Com as novas leituras, com os diálogos que estabeleço com os novos colegas e docentes, meus conhecimentos sobre o território paranaense incorporam novas dimensões.

Por razões pessoais, em 1999, me afasto da universidade e da vida universitária.

Retorno por meio de vestibular, em 2008, à UFPR. Ingresso no curso de Bacharelado em Letras. Concluo a graduação em 2012.

O trabalho que realizava simultaneamente aos estudos na universidade, no Serviço Social do Comércio (SESC), me permitiu percorrer outra vez o estado do Paraná, e em função do meu cargo, pude acompanhar de perto o esforço de muitas famílias para oferecer uma educação formal de qualidade aos seus filhos.

Um ano antes de concluir minha graduação, ingresso, por meio de concurso, como servidor técnico na UFPR. Por três anos trabalhei em Curitiba, lotado em um Departamento com cursos de graduação de reconhecido prestígio social.

Em função de questões familiares, peço minha remoção para o Setor Litoral (SL) da UFPR no final de 2014. Desde então, pude conhecer outras propostas de cursos de graduação e pós-graduação, entabular diálogos com docentes que vivem

a educação por uma outra perspectiva e visitar comunidades onde o Setor Litoral tem papel de fundamental importância no acesso e permanência de seus moradores e moradoras nos cursos de graduação e pós-graduação.

Nesse período de quase trinta anos dentro da Universidade, pude transitar por vários espaços pedagógicos da instituição, notando nesse lapso de tempo o apagamento, no sentido de reduzida frequência, ou mesmo de não presença, da população parda e negra em vários ambientes.

Tal apagamento não ocorre no Setor Litoral, pois seus espaços, suas salas de aulas e gabinetes guardam mais proximidade com a realidade étnica brasileira.

E dentro desse novo contexto, testemunhei em primeiro de novembro de 2019, na Comunidade de Remanescentes de Quilombo (CRQ) João Surá, situada a aproximadamente 50 quilômetros da sede do município de Adrianópolis, no estado do Paraná, um conjunto de 31 estudantes participarem da cerimônia de colação de grau, concluindo dessa forma, o curso de Licenciatura em Educação Campo – Ciências da Natureza (Lecampo), oferecido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), no Setor Litoral, sediado na cidade de Matinhos, no litoral paranaense.

Participei do Ato de Colação de Grau trabalhando como servidor técnico, posição que ocupo na universidade há mais de 10 anos.

Numa sociedade que durante mais de 300 anos explorou o trabalho compulsório de mulheres e homens arrancados de seu continente nativo, não chega a causar surpresa o fato das universidades serem ainda espaços destinados aos brancos, filhos e filhas da elite brasileira. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2018, a proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade de cor ou raça branca que frequentavam ou já haviam concluído o Ensino Superior (36,1%) era quase o dobro da observada entre aqueles de cor ou raça preta ou parda (18,3%).

Nesse sentido, a Universidade Federal do Paraná, por meio da Resolução nº 37/04-COUN¹, “Estabelece e aprova o Plano de Metas e Inclusão Racial e Social” em maio de 2004, um processo que objetiva alterar essa lógica excludente que se reproduzia dentro da instituição, ou seja, o apagamento da população negra e parda.

¹ O teor desta Resolução está disponível em: http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_coun_11052004-112.pdf.

O texto da resolução estipula que sejam reservadas 20% das vagas ofertadas em todos os cursos de graduação, cursos técnicos e ensino médio oferecidos pela UFPR, a partir do vestibular de 2005, pelo prazo de 10 anos, para afrodescendentes, e outros 20% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas.

O impacto da adoção do sistema de cotas raciais é considerável, fazendo o número de ingressantes negros saltar de 9,30% em 2004, para 16,44% em 2010. De toda forma, o valor ainda fica distante dos 26,89% de negros entre a população do estado paranaense, segundo a PNAD de 2008.

Entrementes, os programas de Pós-graduação da UFPR não implementaram de maneira coordenada ações inclusivas:

Dos seus 136 programas de pós-graduação *stricto sensu*, apenas três (dois mestrados acadêmicos e um doutorado) apresentam a aplicação de política afirmativa nos processos seletivos, reservando vagas para a inclusão de pessoas negras, entre outros grupos minoritários. (VANALLI; SILVA, 2019, p. 100).

Uma possível explicação para essa situação pode ser verificada quando se buscam trabalhos acadêmicos que debatam a inserção da população negra na Universidade:

O fato de termos poucos estudos que demonstrem a distribuição racial nas universidades públicas é um dos indícios do nosso acadêmico e da resistência da classe acadêmica em questionar a sua condição racial privilegiada. Nas universidades se teoriza sobre a questão racial, mas não se reconhece sua prática insulada e excludente, que podemos perceber pela escassez de negros(as) pós-graduandos(as) e docentes universitários. (VANALLI; SILVA, *op. cit.*, p. 102).

Reflexo ou consequência dessa baixa entrada de alunos pardos e negros, o perfil docente dos programas de pós-graduação da Universidade repete a característica de exclusão:

Dos docentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UFPR, apenas 2,9% se autodeclararam negros. Nos três níveis (doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional) da UFPR há sub-representação da população negra nos corpos discente e docente. No corpo docente, espaço de poder acadêmico, a presença é residual ou praticamente inexistente em alguns programas. (VANALLI; SILVA, *op. cit.*, p. 105).

Dessa forma, podemos afirmar com tranquilidade que a universidade, embora tenha iniciado um consistente movimento de inclusão racial, ainda está longe de possibilitar à população parda e negra o completo acesso às posições de maior relevo social.

E dentro dessa realidade concreta, em João Surá, conhecemos um grupo de quilombolas que, de forma coletiva, estava concluindo a graduação e subvertendo, nesse sentido, um movimento de exclusão que os afastou das universidades por muito tempo.

Esse evento provocou um efeito catalisador, no sentido de nos estimular à busca por mais informações sobre a realidade dessa comunidade e de conhecer sua história. O resultado dessas inquietações se materializa nesta investigação.

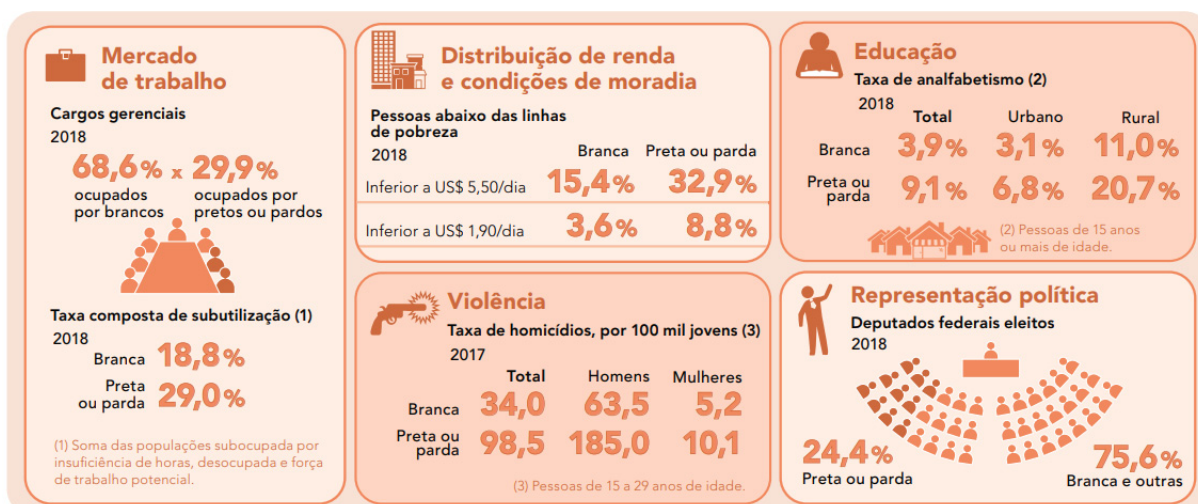
Este trabalho se inicia com uma breve justificativa, na qual é apresentada a necessidade de discutir algumas dimensões da atual situação dos negros e pardos do estado do Paraná. Na sequência, está exposto o objetivo central da pesquisa e seus objetivos específicos. Após, comentaremos sobre os elementos metodológicos, a caracterização do objeto e as técnicas utilizadas para balizar as inferências. Em seguida, no preâmbulo para uma revisão bibliográfica, há uma discussão sobre a evolução dos escravizados à condição de cidadãos. Na continuação, em discussão sobre os trabalhos acadêmicos, ocorre o cotejamento entre os trabalhos elegidos para a análise e os textos de alguns teóricos sobre epistemicídio e, por fim, apresentamos nossas considerações finais.

2 JUSTIFICATIVA

Dos três estados da Região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – o território paranaense é o que apresenta o maior percentual de população negra e parda, mais precisamente 28,26% da população paranaense (IBGE, 2010).

A PNAD realizada em 2018, pelo IBGE, aponta que a cor da pele guarda relação direta com a desigualdade em pelo menos cinco dimensões da vida em sociedade: mercado de trabalho; distribuição de rendimentos e condições de moradia; educação; violência; e representação política, conforme apresentado na Figura 1.

FIGURA 1 - Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil



Fonte: IBGE (2018).

Tomando-se a esfera da educação para demonstrar uma das faces do epistemicídio, a PNAD mostra que:

Em 2018, praticamente não havia diferença entre as proporções de crianças de 6 a 10 anos de idade brancas e pretas ou pardas cursando os anos iniciais do ensino fundamental (96,5% e 95,8%, respectivamente), porém **a proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade de cor ou raça branca que frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior (36,1%) era quase o dobro da observada entre aqueles de cor ou raça preta ou parda (18,3%).** (IBGE, 2019, p. 7, grifo nosso).

Neste sentido, embora seja inegável o avanço na oferta de vagas no Ensino Fundamental, é também evidente o grande desnível existente na educação de nível

superior. A mesma PNDA demonstra que mesmo quando a população negra e parda conclui o Ensino Superior, seus rendimentos são menores que o dos brancos:

Nota-se que quanto maior o nível de instrução, maior o rendimento, sendo significativo o prêmio para quem possui o ensino superior completo. Entretanto, as disparidades de rendimentos do trabalho, quando analisado o aspecto cor ou raça, mantêm-se presentes em todos os níveis de instrução, inclusive no mais elevado: as pessoas brancas ganham cerca de 45% a mais do que as de cor ou raça preta ou parda. (IBGE, op. cit., p. 4, grifo nosso).

Dessa forma, os negros e pardos enfrentam um duplo desafio: superar uma série de fatores que desembocam na desigualdade de acesso ao Ensino Superior e depois de concluída essa etapa, enfrentar as consequências da desigualdade na remuneração recebida.

Esse conjunto de desigualdades demonstra como esses cidadãos não são reconhecidos como relevantes dentro da constituição histórica do Brasil e, por consequência, do estado. Indicador importante dessa situação, dentro da realidade de nosso estado, é a tentativa reiterada de se construir no ideário coletivo a certeza de que Curitiba e todo o território paranaense é um estado “mais europeu”.

No estado do Paraná, a construção desse ideário branco e europeizado foi constituído por vários atores de diferentes áreas da sociedade civil. As contribuições para a construção desse discurso vieram da literatura, da arquitetura, das artes plásticas e de intelectuais de outras áreas, com papel importante do Paranismo, movimento que foi, antes de tudo, a síntese de um longo processo que se origina logo após a emancipação paranaense, a antiga quinta comarca paulista, em 1853.

Romário Martins, figura central do movimento paranista, movimento esse ativamente estimulado pela elite intelectual paranaense do final do século XIX, gozava de amplo reconhecimento de seus pares. Desse modo, suas obras tornaram-se a sustentação teórica da nova identidade paranaense:

Um dos autores mais significativos neste contexto foi Romário Martins, cuja produção intelectual, desde 1899, esteve associada à constituição de uma narrativa histórica na qual a presença de imigrantes europeus se destacava como elemento distintivo da identidade paranaense. (MENDONÇA, 2015, p. 6).

Romário Martins, em seu livro *História do Paraná* (1899), obra mais difundida e considerada por muitos uma balizadora da historiografia paranaense,

buscando justificar uma suposta pequena presença de negros na capital do estado, recorre ao testemunho de uma fonte direta, Auguste de Saint-Hilaire, botânico naturalista e viajante europeu, que percorreu o território paranaense em 1822. Diz o viajante francês em seu diário:

Também é fácil explicar porque o número de negros escravos se tornou, em vinte e três anos, menos considerável no distrito de Curitiba que no de Paranaguá: no planalto criam-se reses e não há tanta necessidade de escravos como no litoral, onde se cultiva a terra; os brancos não se envergonham de trabalhar e temem menos o trabalho porque ali não é tão quente como no litoral. Por outro lado, como Paranaguá se tornou o centro do comércio de toda a região, deve essa cidade ser mais rica que Curitiba; ora, nas regiões em que se admite a escravatura, o aumento do número de escravos está necessariamente, na razão direta dessa riqueza. (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 164).

Dois anos após as comemorações do centenário de emancipação do estado do Paraná, em 1955, Wilson Martins, que na época era professor da UFPR, lança o livro “Um Brasil diferente. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná”, e assim como Romário Martins, desfrutava de grande prestígio intelectual. Nesse sentido, sua obra vai cancelar o empreendimento teórico que almejava estabelecer o mito de criação dos paranaenses:

Enquanto **Romário Martins relativizou a presença africana** e utilizou o mito do bom selvagem para representar o indígena paranaense, Wilson Martins simplesmente excluiu totalmente o negro, o índio (e até mesmo os luso-brasileiros) da história do Paraná. **Dessa forma, o Paraná seria “um Brasil diferente” por não ter conhecido a existência da escravidão** e por ter sido colonizado por europeus (alemães, italianos, ucranianos e poloneses – os verdadeiros formadores do povo paranaense), que se adaptaram perfeitamente ao clima ameno do estado, onde puderam trabalhar e, conseqüentemente, contribuíram para o advento do progresso e da civilização. (BATISTTELA, 2012, p. 10, grifo nosso).

Todo esse esforço produziu um sólido sentimento na população paranaense de viver num estado que experimentou uma ocupação de seu território realizada, em grande medida, por imigrantes europeus, conferindo assim uma configuração racial diferenciada do restante do território brasileiro:

A despeito de uma vasta produção acadêmica ter apresentado a importância da escravidão para a História do Paraná, nos textos de ampla divulgação e no senso comum ainda prevalece a ideia que a escravidão é irrelevante na história da cidade – e do Estado - e que a imigração europeia é o aspecto definidor da especificidade local. Constituinte da identidade, a

memória da imigração é reiterada em textos oficiais, em eventos festivos, em memoriais e monumentos da cidade. (MENDOÇA, 2015, p. 13).

Portanto, faz-se necessário e urgente contrapor esse movimento de apagamento, que ainda existe em nossa sociedade, com uma outra perspectiva. Para tanto, precisamos dos esforços de pesquisadores e teóricos que comprovaram a relevante contribuição dessa parcela da população na constituição do território paranaense.

No Paraná, merece destaque os desdobramentos ocorridos após o Primeiro Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná (EENP), em novembro de 2004. Após esse encontro, entidades ligadas ao movimento social negro, com o apoio do governo do estado, exigem a implementação da Lei 10.639/03, que altera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9394/96, “para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências”.

Nesse contexto, surge em 2005, por intermédio do Governo do Paraná, o Grupo de Trabalho Clóvis Moura² (GTCM), cujo principal objetivo foi mapear as comunidades negras no estado.

O GTCM executou suas ações de levantamento das informações sobre a população quilombola entre os anos de 2005 e 2010. Como resultado desse empreendimento, no fechamento dos trabalhos, foram levantadas 36 Comunidades Remanescentes de Quilombo, autorreconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP); 08 Comunidades Negras Tradicionais (CNT), sendo 03 delas consideradas em situação especial; e 28 indicativos de novas comunidades, ainda a serem visitadas³.

Refletindo sobre vários aspectos da vida dessa importante parcela da população paranaense, as Instituições de Ensino Superior (IES) contribuíram e contribuem de forma contínua, com pesquisas e estudos.

Assim, o trabalho em tela visa contribuir para avançar nessa empreitada, intentando, dentro de suas limitações, verificar se os modos de viver e existir, em particular da Comunidade de João Surá, estão sofrendo um processo de

² Instituído pela Resolução Conjunta 01/2005-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS e posteriormente ampliado, com a participação de outras Secretarias e com prazos prorrogados pelas Resoluções Conjuntas 01/2006 e 01/2007-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS-SESU-SEAB-SEJU-SETI-SETP-PMPR.

³ TERRA, I. T. C. G. **Cidadania**: terras e territórios quilombolas. Curitiba: ITCG, 2008.

epistemicídio, segundo as definições estabelecida por Boaventura de Sousa Santos, iniciadas em sua obra “Pela mão de Alice”, publicada em 1994, e desenvolvidas posteriormente pela professora Sueli Carneiro em sua tese “A construção do Outro como não-ser como fundamento do Ser”. No livro, Sousa Santos amplia o conceito de genocídio, incorporando ao termo, além da supressão de corpos, a eliminação de modos de viver e seus respectivos conhecimentos de mundo acumulados por gerações.

3 OBJETIVOS

Cotejar o conceito de epistemicídio em trabalhos acadêmicos com a Comunidade Remanescente de Quilombo de João Surá, localizadas no município de Adrianópolis, no estado do Paraná.

3.1 OBJETIVO GERAL

Verificar, em trabalhos acadêmicos, indícios de processo de epistemicídio na Comunidade Remanescente de Quilombo de João Surá, localizada no município de Adrianópolis, no estado do Paraná.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar exemplos de práticas e ações, materiais ou simbólicas, nas esferas da vida privada, da educação e da religião estabelecidas pela comunidade, que podem ser caracterizadas como atos de resistência ao apagamento dos modos de organização estabelecidos histórica e culturalmente por esta comunidade de modo orgânico em seus territórios tradicionais.
- Comparar as concepções de epistemicídio, dos autores arrolados, e verificar se a literatura analisada permite afirmar que a Comunidade de Remanescente de Quilombo de João Surá está sofrendo esse processo.
- Divulgar, por meio de Produto Educacional, no formato de podcast, informações sobre as Comunidades Remanescentes de Quilombo que existem em território paranaense.

Para responder à pergunta da pesquisa, na continuação será apresentada a metodologia que lastreia a análise. Logo na sequência, há um breve panorama social da passagem dos escravizados à categoria de cidadãos, com discussão que antecede a revisão dos trabalhos acadêmicos selecionados. Em seguida, damos voz aos sujeitos da comunidade de João Surá, para assim concluir esta dissertação.

4 ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender e interpretar o fenômeno em questão, dentro de um recorte cronológico ampliado, recorreremos aos trabalhos de outros pesquisadores e pesquisadoras. Também, ressaltamos que esta investigação trata-se de uma pesquisa que lançou mão do método qualitativo, pois:

Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (MINAYO, 2002, p. 23).

Dessa forma, entendemos que para captar nuances historicamente dinâmicas, que permeiam as relações entre os sujeitos, e vislumbrar mecanismos muitas vezes dissimulados que produziram e produzem estratificações sociais por meio de discursos produzidos por terceiros, sejam eles pesquisadores, cientistas ou os próprios sujeitos da pesquisa, são exigidas abordagens minuciosas, intuitivas e flexíveis, que permitam delinear relações históricas, sociais e econômicas. Assim, o método qualitativo se apresenta, neste contexto, o mais adequado para entender a realidade pesquisada.

A finalidade do trabalho ora apresentado é estabelecer uma conexão, interdependência ou consequência nas discussões elaboradas dentro das pesquisas analisadas, somada às observações realizadas em visita realizada à comunidade, sempre com o fenômeno do epistemicídio como parâmetro. Portanto, esta pesquisa apresenta cunho descritivo por reconhecer que:

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação em conexões com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 62).

O conjunto de textos analisados foi extraído da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que compreende os sistemas de

informação de trabalhos acadêmicos existentes nas Instituições de Educação Superior do Brasil.

Para auxiliar na busca dos trabalhos acadêmicos, foram escolhidas as seguintes palavras-chave: quilombo, quilombola, paraná e paranaense.

A janela temporal dos textos selecionados engloba o período compreendido entre os anos de 2012 a 2020⁴. Dentro desse intervalo, foram encontradas 26 produções acadêmicas, sendo 11 sobre CRQs localizadas no município de Adrianópolis. Destas, 4 são Teses de Doutorado, 6 são Dissertações de Mestrado e 1 Trabalho de Conclusão de Curso. Do *corpus* em questão, 8 trabalhos têm João Surá como espaço geográfico para suas observações. Os pesquisadores e pesquisadoras que realizaram os trabalhos são de 6 Instituições de Ensino Superior diferentes: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com formações bastante variadas, como: Engenharia Agrícola, Sociologia, Tecnologia em Comunicação Institucional, Educação, Estudos da Linguagem, Geografia, Educação Física, Extensão Rural e Ciências Agrárias.

Além da revisão bibliográfica, realizamos visita à Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá nos dias 07 e 08 de agosto de 2022. Na oportunidade, entabulamos diálogos com moradores e assistimos a uma romaria em homenagem a São Gonçalo. Na ocasião, fizemos registros fotográficos e anotações, material que será apresentado e analisado no Capítulo 6.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A escolha da área a ser investigada, Adrianópolis, justifica-se pelo fato de ser a primeira localidade em terras paranaenses utilizadas pelos negros fugidos para o estabelecimento de assentamentos permanentes, por volta de 1750 (TERRA, 2008, p. 57).

Adrianópolis é também a região no território paranaense que apresenta o maior número de Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ): até o

⁴ LARA e SOUZA (2011) apresentam um resumo da produção científica sobre as comunidades quilombolas no Paraná realizadas entre os anos de 2000 a 2009.

momento são nove comunidades localizadas no município, conforme descrito no quadro a seguir.

QUADRO 1 - Comunidades Remanescentes de Quilombo no Município de Adrianópolis

Comunidade	Etapa atual Processo FCP	Nº Portaria	Publicação da Portaria no DOU
João Surá	Certificada	32/2005	19/08/2005
Sete Barras	Certificada	11/2006	07/06/2006
Porto Velho	Certificada	11/2006	07/06/2006
Córrego das Moças	Certificada	11/2006	07/06/2006
São João	Certificada	29/2006	13/12/2006
Estreitinho	Certificada	29/2006	13/12/2006
Bairro Três Canais	Certificada	29/2006	13/12/2006
Praia do Peixe	Certificada	29/2006	13/12/2006
Bairro Córrego do Franco	Certificada	29/2006	13/12/2006

Fonte: Adaptado de Fundação Palmares (2020).

4.2 TÉCNICAS USADAS PARA BALIZAR AS INFERÊNCIAS

Com a finalidade de realizar conjecturas consistentes, oriundas das leituras dos textos selecionados, escolhemos como ferramenta metodológica a Análise de Conteúdo (AC), que segundo Bardin (2011) é um conjunto de técnicas de análise que busca, por meio de procedimentos sistemáticos, a descrição de conteúdos que permitam a inferência de conhecimentos.

Para subsidiar teoricamente os procedimentos envolvidos na análise desse *corpus*, lançamos mão das formulações sobre análises documentais descritas metodologicamente pelos autores: Jackson Ronie Sá-Silva, Cristóvão Domingos de Almeida e Joel Felipe Guindani (2009); e Rosana Maria Luvezute Kripka, Morgana Scheller e Danusa de Lara Bonotto (2015).

No sentido de refletir sobre o fenômeno em questão, o epistemicídio, e verificar se, baseado na bibliografia arrolada, podemos considerar como um evento que está ocorrendo, e se ocorre, em qual intensidade, na localidade estudada, utilizamos como balizas teóricas as discussões traçadas por Boaventura de Sousa Santos (2009); Sueli Carneiro (2005); Mogobe Ramose (2011); e Djamila Ribeiro (2017).

5 PREÂMBULO PARA UMA REVISÃO DA LITERATURA

Com o objetivo de oferecer um panorama e permitir ao leitor deste trabalho uma introdução qualificada ao fenômeno do epistemicídio, decidimos fazer uma pequena digressão e iniciar nossas considerações sobre a situação do/a negro/a e do/a pardo/a a partir do momento que a sociedade brasileira realizou a transição desses sujeitos, no caso do/a negro/a, de um ativo dos seus senhores para um cidadão.

No item a seguir, trataremos do final do regime escravagista e seus impactos na população negra. Para tanto, nos apoiaremos nas palavras do antropólogo Kabengele Munanga e do grande pensador Abdias do Nascimento.

Na sequência, será exposto como a República, recém-instalada, buscou acomodar os libertos. Nessa análise, recorreremos às considerações do sociólogo Clóvis Moura e do psiquiatra e filósofo francês Frantz Fanon. Em prosseguimento, analisaremos como a Nova República buscou moldar a identidade nacional. Para isso, foram selecionados trabalhos e reflexões do professor Boaventura de Souza Santos, e das filósofas Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro.

Por fim, apontaremos para as dinâmicas de apagamento nos ambientes educacionais e a necessidade de resistir a esses processos.

5.1 DE ESCRAVIZADO A CIDADÃO

Após receber aproximadamente 4 milhões⁵ de escravizados⁶ nos seus primeiros 358 anos⁷, o Brasil, formalmente extingue o sistema de exploração baseado em mão de obra servil.

⁵ Outros dados sobre a presença negra no território brasileiro estão disponíveis em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>.

⁶ Enquanto o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico-social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores. (HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; SANTOS, A. R., 2012, p. 8-9).

⁷ A recriação do escravismo, com o emprego massivo de escravos nas tarefas agrícolas, seria realizada por portugueses e espanhóis só após a segunda metade do século XV, com a introdução da produção açucareira nas ilhas atlânticas orientais (Canárias, Madeira, São Tomé), e, no século XVI, com a colonização da América. Baseada na experiência acumulada com o fabrico do produto

Com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, tem-se um desfecho que deveria apontar para um novo sistema de relações. De toda forma, a novidade chegou envelhecida:

[...] a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira. (MUNANGA, 1999, p. 51).

Nesse sentido, a abolição realizada no Brasil, embora tenha formalmente emancipado os escravizados à categoria de cidadãos, em função da ausência de articulação entre políticas de compensação e apoio aos libertos e esclarecimento do restante da população sobre a ignomínia que a abolição findara, acaba por lançar esse imenso contingente humano para as franjas de uma sociedade impregnada pela convicção que o sujeito negro era hierarquicamente inferior ao branco.

As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio ou meio de subsistência. Em 1888, se repetiria o mesmo ato “libertador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres”. Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado e a igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem. (NASCIMENTO, 2016, p. 64).

Assim, esses sujeitos, muito longe de serem inseridos numa sociedade que por séculos reduziu seus corpos à força motriz da economia colonial, foram abandonados sob o disfarce de um ato humanitário e libertador, realizado por uma elite que em nenhum momento implementou mecanismos que possibilitassem a efetiva emancipação dessas pessoas.

Muitos africanos “emancipados” e cidadãos foram obrigados pelas circunstâncias a permanecer com seus antigos senhores, trabalhando sob condições idênticas às anteriores, sem nenhuma outra alternativa ou opção. Outros se aventuraram deslocando-se para outras regiões ou cidades, e a única coisa que obtiveram foi o desemprego, miséria, fome e destruição. De vítima acorrentada pelo regime racista de trabalho forçado, o escravo passou para o estado de verdadeiro pária social, submetido pelas correntes invisíveis forjadas por aquela mesma sociedade racista e escravocrata. (NASCIMENTO, 2002, p. 75).

Desta forma, a República que surge no horizonte de nossa nação escolheu deixar seus cidadãos de pele negra à própria sorte, e para suprir a necessidade de braços nas grandes fazendas, estimulou o fluxo migratório de pobres europeus (CAIO PRADO JÚNIOR, 1981).

Com essa estratégia, o governo brasileiro, além de equacionar o suprimento de mão de obra, vislumbrou outro objetivo: “branquear” o Brasil.

5.2 A ENCRUZILHADA DOS LIBERTOS

Esse grupo de pessoas, agora libertas⁸, que passaram a ser consideradas possuidoras de direitos e deveres, encontraram um Estado que não buscou implementar qualquer ação para socorrer essa massa que deveria ser incorporada ao conjunto de cidadãos; muito ao contrário: o governo brasileiro realizou um grande esforço de “europeização” da nação:

Ruy Barbosa manda queimar os arquivos e o governo entra em entendimentos com países europeus para conseguir substituir a nossa população egressa da senzala por outra branca. Entra, então, em funcionalidade a ideologia do branqueamento, que nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir da sua autoanálise. (MOURA, 1983, p. 126).

A elite dirigente da época buscava dar substância à representação de sua identidade nacional, por isso decide excluir, por meio do “clareamento”⁹, essa parcela recém-emancipada.

⁸ Em 1887, existiam apenas 723.149 negros escravos, que eram só 5,6% de trabalhadores da população geral do Brasil. (CHIAVENATO, 1986, p. 227).

⁹ O historiador Clóvis Moura (1977, p. 27) nos recorda que “Entraram mais imigrantes italianos nos 30 anos depois da Lei Áurea do que escravos que foram beneficiados com a libertação. Com a Lei Áurea, a marginalização do negro estava instituída”. (NASCIMENTO, 2002, p. 17).

Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da “mancha negra” na população brasileira. Um decreto de 28 de junho de 1890 concede que “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos. (NASCIMENTO, 2016, p. 69).

Outro movimento que se mostrou necessário foi a adoção de um conjunto de discursos e práticas que objetivassem justificar e perpetuar esse procedimento de apagamento:

O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação inclusive ideológicos foram mantidos e aperfeiçoados. (MOURA, 1988, p. 23).

Lançados dentro dessa realidade, essa massa de negros e pardos busca sua integração na sociedade. Nos campos e nas cidades, competindo por emprego com os imigrantes europeus que chegavam aos portos brasileiros, os antigos escravizados se viam diante de um dilema adicional:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p. 34).

E dessa forma, muitos ex-escravizados buscaram o branqueamento, o apagamento de sua origem, materializado na categoria pouco precisa de pardo como estratégia para serem aceitos pela mesma sociedade que por tantos anos os explorou.

5.3 EPISTEMICÍDIO COMO SOLUÇÃO

Nesse ambiente, podemos vislumbrar que a sociedade brasileira, de modo orgânico, buscou construir sua identidade nacional sem a figura do negro, optando por apagar de sua história essa parcela da população. Assim, para além do

significado de destruição de uma cultura, Boaventura Sousa Santos, em seu livro *Pela Mão de Alice*, amplia o conceito de genocídio, relacionando-o ao epistemicídio:

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar. (SANTOS, 1994, p. 328).

Dessa forma, a população negra e parda, na alvorada da República, encontrava-se diante de uma nação que sistematicamente buscava apagar qualquer mancha de sua história oficial e para tanto utilizou alguns procedimentos e estruturas, como apresentado a seguir.

5.4 A ESCOLA E OS APAGAMENTOS

Dentro dessa lógica de apagamento dos não-brancos, visando à conservação e à justificação de suas estruturas, nossa sociedade e seus aparelhos ideológicos buscam naturalizar, para reproduzir e perpetuar, relações estabelecidas.

Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos aniquilamentos ou subordinação da razão. Dinâmica e produção que tem se feito pelo rebaixamento da autoestima que compromete a capacidade cognitiva e a confiança intelectual, pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, nos instrumentos pedagógicos ou nas relações sociais no cotidiano escolar, pela deslegitimação dos saberes dos negros sobre si mesmos e sobre o mundo, pela desvalorização, ou negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano ao patrimônio cultural da humanidade, pela indução ou promoção do embranquecimento cultural etc. (CARNEIRO, 2005, p. 324).

A escola, apesar de ser local privilegiado para a manifestação de vários setores da sociedade, é ao mesmo tempo um ambiente de manutenção da ordem vigente, sendo, nesse sentido, lugar ideal para implementar uma política que tenha por objetivo subalternizar as contribuições dos povos não-europeus à constituição de nosso país. De toda forma, também permitem, em alguns casos, ações de cunho emancipatório, que permitem aos seus educandos vislumbrar suas histórias de vida e entender as estruturas de hierarquização e dominação a que estão sujeitos.

5.5 LUGAR DE FALA DOS APAGADOS

Como exposto, as condições materiais de vida impostas por uma sociedade que não conseguiu eliminar seu sistema de hierarquização racial acabam por impossibilitar o acesso de parte das populações negras e pardas aos níveis mais elevados de educação formal.

As universidades, além de espaços de construção e disseminação de conhecimento, oportunizam para pessoas pobres a possibilidade de mobilidade social. Nesse sentido, obstar o acesso para pessoas negras e pardas a esses espaços educativos é perpetuar um sistema de hierarquização que encontra sua origem em nosso passado colonial e escravocrata.

Os negro e pardos, mesmo superando variadas barreiras para acessar esse nível de educação formal, ainda se encontram diante de um duplo desafio. Dentro das universidades, os negros e pardos precisam resistir à cooptação de estruturas que ainda subalternizam os não-brancos e produzir discursos, teoricamente consistentes, que as enfrente:

A formação de pesquisadores negros nos cânones tradicionais da tradição acadêmica assegura o caráter não insurgente de sua produção e, sobretudo, não comunitária, como pretende West¹⁰. É freqüente que o intelectual negro tutelado, produzido, torne-se um agente crítico deslegitimador da prática ativista. Ao invés de “desalojarem discursos”, os intelectuais negros legitimam o saber branco sobre o negro, as relações raciais etc. São utilizados, portanto, para confirmar “poderes dominantes”. Enquanto isso, os insurgentes amargam o isolamento acadêmico. (CARNEIRO, 2007, p. 121).

Derivado desse esforço que nasce para ressignificar as posições dentro desse espaço que ainda reproduz um sistema de forças assimétricas e opressivas, um conjunto de pesquisadores, alguns dos quais representantes da população negra e parda, vem reivindicar uma nova posição para entabular o debate sobre os desdobramentos da escravidão e sua posterior abolição.

¹⁰ WEST, Cornel. Questão de raça. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experimentar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experimentar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas também e não somente pela perspectiva de quem venceu, para parafrasear Walter Benjamin, em Teses sobre o conceito de história. Estamos apontando para a importância de quebra de um sistema vigente que invisibiliza essas narrativas. (RIBEIRO, 2017, p. 47).

Assim, movimentos realizados dentro dos ambientes universitários que busquem em alguma dimensão, mudar esse sistema que produz apagamento racial, devem ser entendidos como movimentos de resistência. Devem ser de toda forma apoiados, para que possam oferecer outra perspectiva de produção de conhecimento dentro de instituições ainda dominadas pelo pensamento eurocentrado.

6 DISCUSSÃO SOBRE OS TRABALHOS ACADÊMICO

Para prosseguir em nossa discussão sobre o tema, apresentaremos de forma sintética alguns pontos que consideramos relevantes sobre as definições de quilombo¹¹.

Numa consulta rápida, em dicionários da internet, temos as seguintes definições sobre o termo quilombo:

(sm) 1 No período colonial, comunidade fortificada formada por negros fugitivos e por uma minoria branca e indígena, organizada politicamente, representando uma forma de resistência e combate à escravidão. 2 Local onde escravos fugitivos se refugiavam nas matas; mocambo¹².

(sm) Bras. Hist. Lugar escondido ou fortificado em que se refugiavam escravos fugidos¹³.

Como se pode notar, as definições encontradas nos dicionários mais populares circunscrevem temporalmente o significado do termo, restringindo seu significado ao fenômeno da escravização. Essa redução dificulta o entendimento de vários aspectos ligados à evolução desse importante meio de organização dos escravizados. Entendemos que essa opção é reflexo de uma sociedade que ainda coloca a população negra em uma posição de subalternidade, pois:

O fascínio de heroicidade de um povo regularmente apresentado como dócil e subserviente reforça o caráter hodierno da comunidade negra que se volta para uma atitude crítica frente às desigualdades sociais a que está submetida. Por tudo isto o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior auto-afirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema em que negros estavam moralmente submetidos projeta uma esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural. (NASCIMENTO, 1985, p. 48).

Isso posto, precisaremos recorrer a outras fontes para compreender como esse fenômeno se desenvolveu antes e após o término do sistema escravagista, pois a abolição do regime de exploração dos escravizados em território brasileiro torna sem efeito apenas uma das características do quilombo: servir de local de fuga para escravizados.

¹¹ MOURA, C.; MOURA, S. S. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.

¹² Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/quilombo>.

¹³ Disponível em: <https://aulete.com.br/quilombo>.

Para serem compreendido em seus aspectos mais relevantes para este trabalho, os quilombos precisam que pelo menos alguns elementos sejam considerados: o tamanho e a heterogeneidade do território brasileiro e as dinâmicas de relacionamento com os outros núcleos populacionais.

Diversos trabalhos mais recentes a respeito de comunidades negras com origem mais diretamente relacionada à escravidão têm demonstrado que a economia interna desses grupos está longe de representar um aspecto isolado em relação às economias regionais da Colônia, do Império e da República. Em geral existiu, paralelamente à formação do aparato de perseguição aos fugitivos, uma rede de informações que ia desde as senzalas até muitos comerciantes locais. (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 3).

Decorrente desses elementos, podemos apontar que os quilombos não tinham as mesmas características, por exemplo: existiam quilombos em áreas remotas, quilombos em áreas próximas a centros urbanos e havia até mesmo quilombos dentro dos limites das cidades que se utilizavam dessa mão de obra.

Havia uma interação permanente entre o quilombo e as franjas marginais da sociedade escravista: índios fugidos, criminosos, fugitivos do serviço militar e negros bandoleiros. No Rio de Janeiro e em Salvador os quilombos foram numerosos e populosos. Os negros saíam desses quilombos suburbanos para prestar serviços nos centros urbanos, fazendo-se passar por libertos, o que todos sabiam não ser verdade. (MOURA; MOURA, 2004, p. 339).

Outro elemento importante para nossas considerações diz respeito à própria constituição econômica dos quilombos, sendo a diversidade sua principal característica.

Conclui-se, assim, que o quilombo brasileiro era uma forma específica de resistência ao modo de produção escravista no Brasil e correspondia as suas particularidades em relação aos outros tipos de exploração compulsória no restante da América. Por isso, o quilombo brasileiro diversificou-se geográfica e historicamente, adquirindo formas diferenciadas como o do Ambrósio, em Minas Gerais, que explorava a pecuária; como o de Palmares, que era apenas agrícola com a prática complementar do artesanato e da metalurgia. Toda essa diversificação dos quilombos vem demonstrar a capacidade surpreendente de adaptação que possuíam de acordo com as diferenças mesológicas do nosso território. E como se adaptou no espaço, também adaptou-se ao longo do tempo. (MOURA; MOURA, 2004, p. 337).

Decorrente dessas características, teremos então diferentes dinâmicas que vão influenciar no posterior desenvolvimento experienciado pelos remanescentes desses agrupamentos. De toda forma, mesmo com todos esses elementos que

poderiam tornar particular cada Comunidade Remanescente de Quilombo, um traço pode se apontar como comum a todos: “Mas justamente por ter sido durante três séculos concretamente uma instituição livre, paralela ao sistema dominante, sua mística vai alimentar os anseios de liberdade da consciência nacional” (NASCIMENTO, 1985, p. 46).

Com esse rápido panorama, apontamos agora o nosso foco de análise para a Comunidade de João Surá, uma das nove Comunidades Remanescente de Quilombo (CRQs) em Adrianópolis reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

IMAGEM 1 – Placa na entrada da Comunidade



Fonte: O autor (2022).

Localizada no Vale do Ribeira, que em sua porção paranaense abrange os municípios de: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, a Comunidade de João Surá margeia o Rio Pardo, divisor natural dos estados do Paraná e São Paulo e afluente do Rio Ribeira de Iguape, cujas águas encontram o Oceano Atlântico no município de Iguape, no estado de São Paulo. A Imagem a seguir apresenta as CRQs localizadas no estado do Paraná, com destaque para as CRQs em Adrianópolis, dentre as quais está a CRQ enfocada nesta pesquisa – João Surá.

FIGURA 2 - Comunidades Remanescentes de Quilombo no Paraná



Fonte: <https://mandatogoura.com.br/batalhao-da-forca-verde-quilombo-fogo> (2021).

Essa região, em função de seu relevo acidentado e vegetação densa, sempre foi reconhecida pelo seu difícil acesso, complicando a locomoção de cavalos e carroças. Esses atributos tornaram a região propícia para pessoas que buscavam locais para fugir da escravidão.

Aspecto importante ligado ao povoamento dessa região foi a exploração de ouro, realizada de forma mais intensa em meados do século XVIII, exploração que resultou na aglomeração de garimpeiros e escravizados pelos cursos dos rios da região. João Surá, segundo relatos dos antigos moradores da região, teria sido um desses garimpeiros que fiseou ouro pelo vale. O garimpeiro francês, que dá nome à comunidade, teria morrido afogado em uma das cachoeiras da região.

Para melhor conhecer a história dessa região, decidimos realizar a leitura dos trabalhos selecionados e abaixo indicados no Quadro 3 por ordem de publicação, pois nosso propósito com esse procedimento foi compreender possíveis alterações na Comunidade Remanescente de Quilombo de João Surá dentro de um fluxo temporal.

QUADRO 2 - Investigações Acadêmicas sobre a CRQ João Surá de 2012 a 2020 disponíveis na Base BDTD

Autor	Tipo	Ano	Instituição	Área
PROHMANN, M.	TCC	2012	UTFPR	Tecnologia em Comunicação Institucional
FIDELIS, L. M.	Tese	2015	Unicamp	Engenharia Agrícola
MOSCAL, J. S.	Dissertação	2017	UEPG	Geografia
CRUZ, C. M.	Tese	2019	Unicamp	Ciências Sociais
SILVA, R. M.	Dissertação	2019	UEM	Ciências Agrárias
MOREIRA, M. E. A.	Dissertação	2019	UEL	Estudos da Linguagem
KOMARCHESKI, R.	Tese	2019	UFPR	Sociologia
RIBAS, C. E. T.	Dissertação	2019	UFPR	Educação

Fonte: O autor (2022).

O primeiro texto analisado foi “Tradição oral de matriz africana e indústria cultural: levantamento de tendências na Comunidade Quilombola de João Surá”. Trata-se de um Trabalho de Conclusão de graduação de Mariana Prohmann, do Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Institucional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em 2012.

Para seu trabalho, a pesquisadora permaneceu uma semana na Comunidade de João Surá, mais precisamente entre 8 e 15 de novembro de 2011.

Seu estudo buscou verificar se a cultura oral de matriz africana permeia as relações estabelecidas entre os moradores mais velhos e os jovens da comunidade. Para tanto, realizou um conjunto de entrevistas semiestruturadas em vários ambientes da comunidade, além de anotações em caderneta de campo e registro fotográfico.

Como resultado de suas observações, a pesquisadora afirma que o fenômeno da tradição oral permanece como elemento discursivo dentro da comunidade:

O saber passado de geração em geração, que constitui fenômeno da tradição oral, pode ser facilmente observado em situações do dia a dia. Esse saber se manifesta, por exemplo, no exercício de funções domésticas, de trabalhos externos e até de momentos de lazer, em que os moradores tomam determinadas atitudes e dizem ter aprendido com seus parentes mais velhos. (PROHMANN, 2012, p. 51).

O segundo trabalho acadêmico verificado foi a tese de doutorado em Engenharia Agrícola de Lourival Fidelis de Moraes, apresentada em 2015 na

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com o título “Família, trabalho e terras: sementes da autonomia na agricultura em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira paranaense”.

A pesquisa examinou a família e suas várias formas de organização, o trabalho em sua dimensão familiar, a terra quilombola como materialização de lutas históricas e as sementes e mudas crioulas como elementos de resistência e autonomia em João Surá e outras duas comunidades. Esse trabalho utilizou entrevistas abertas, questionários semiestruturados e a observação da realidade local para discutir seus resultados.

A tese demonstra que a comunidade conseguiu estabelecer uma relação de profunda harmonia ambiental. Prova disso é o sucesso em garantir a segurança alimentar através dos anos:

O conjunto de dados e fatos discutidos nesta tese reforçam a constatação de que as Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira paranaense fundam-se na família e no trabalho com a agricultura, que lhes geram renda e alimentos. Alimentos que são cultivados em um território tradicional, com técnicas e manejos tradicionais, com sementes e mudas crioulas selecionadas pela história que soma 150 a 200 anos de idade destas comunidades, em associação a sementes e técnicas novas que não caracterizam estas populações de suas virtudes [...] (FIDELIS, 2015, p.180).

Outro aspecto relevante demonstrado pela Tese é a centralidade da família como arranjo que viabiliza a resistência dessa comunidade:

A organização destas Comunidades Quilombolas em torno da agricultura de base tradicional demonstrou que a família, o trabalho, a forma como atuam em suas comunidades e a ocupação da terra que delimitam seus territórios trazem a marca da tradicionalidade quilombola, materializando-se como um dos produtos desta territorialidade a agricultura tradicional, que vem sendo praticado há mais de dois séculos, e pela posse das sementes e mudas crioulas que estas comunidades forjaram um campesinato conectado com o mundo ao seu redor. (FIDELIS, 2015, p. 98).

O terceiro trabalho analisado foi a Dissertação de Jandaira dos Santos Moscal, apresentada em 2017 no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

A pesquisadora realizou seu trabalho por meio de um levantamento documental em instituições públicas, como no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná (ITCG) e no Instituto Ambiental do Paraná (IAP), aliado a trabalho de campo

nas comunidades e entrevistas com funcionários do IAP que trabalhavam, na oportunidade, no Parque Estadual das Lauráceas (PEL).

O objetivo da pesquisa foi verificar os conflitos territoriais que emergiram com o estabelecimento do Parque Estadual das Lauráceas (PEL) em 1979, pois a criação do parque resultou numa sobreposição parcial deste com territórios já ocupados pela comunidade de João Surá. O trabalho mostrou que a criação do PEL, embora tivesse como objetivo proteger uma das últimas áreas de Mata Atlântica da região, por não considerar a situação sócio-histórica dos moradores da localidade, acabou gerando a fragmentação do território dos quilombolas. Por outro lado, tal tensionamento resultou em um movimento de resistência dos membros da comunidade:

A política de regularização fundiária tem se revelado um instrumento para (re) construção e cristalização da identidade do quilombola contemporânea, pois incita o reconhecimento do quilombola frente aos outros e fortalece a identidade que emerge. Assim, a relação com a terra ocupada torna-se a mola propulsora para o surgimento de um novo sujeito político, todavia, a luta é incessante e alvo de interesses diversos. (MOSCAL, 2017, p. 102).

Outro texto comentado é a tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná, por Rosilene Komarcheski, em 2019.

Nesse trabalho a pesquisadora, além de usar a pesquisa bibliográfica e documental, realizou pesquisa de campo em João Surá entre os anos de 2016 e 2019. O foco da pesquisa foi verificar como a comunidade se organizou socialmente para defender seus interesses, detalhando como a comunidade se organizou para resistir a empreendimentos que tinham como consequência a redução de seus territórios e como essa organização evoluiu para reivindicar direitos consagrados pela Constituição Federal.

Ao analisarmos esta rede de movimentos sociais a partir de João Surá, evidenciamos que ela se apresenta sob duas concentrações de nós principais, uma que emerge com o processo de mobilizações que tem ocorrido no Vale do Ribeira desde fins da década de 1980 em torno da questão das barragens e, logo na sequência, também da questão quilombola; e outra, que vai se entrelaçar àquela a partir de 2004, resultante de um processo de mobilizações em torno da questão quilombola ocorrido no estado do Paraná. (KOMARCHESKI, 2019, p. 212).

Constatamos assim que a comunidade de João Surá insere-se em um processo de organização mais amplo, promovido em rede, ao menos desde o início da década de 1990, quando algumas de suas lideranças se envolveram com a organização das comunidades negras rurais na região do Vale do Ribeira. Desse modo, o processo de reconhecimento enquanto remanescente de quilombo por qual passou, o que marcou decisivamente os rumos da organização social da comunidade, já contava com um ambiente favorável para o sucesso de sua realização, o que contribuiu, por sua vez, para a visibilidade que a comunidade adquiriu na sequência no estado do Paraná, bem como no Vale do Ribeira. (KOMARCHESKI, *op. cit.*, p. 262).

Fruto desse processo, a comunidade estabelece uma rede de ações ampliada, realizando colaborações com outros atores sociais e potencializando, nesse sentido, as práticas já realizadas na região, ampliando a visibilidade dos envolvidos e em um certo sentido, emancipando esses sujeitos.

O quinto trabalho a ser debatido é intitulado “Entre giros e capovas: política do movimento e território no quilombo João Surá”, tese de doutoramento de Cassius Marcelus Cruz, apresentada em 2019 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Na tese, o autor pesquisa como ocorreu a ocupação, ao longo do século XIX, dos Sertões do Rio Pardo e do Vale do Ribeira, e como se realizaram os deslocamentos humanos que acabaram originando o território de João Surá.

Como instrumental de pesquisa, foram usadas a historiografia, pesquisas da antropologia e sociologia das populações rurais.

O estudo verificou que a nova dinâmica de ocupação das terras, dentro da lógica capitalista de regime de espaços privados, inviabilizou as formas tradicionais de ocupação dos territórios, cerceando, por exemplo, a necessária circulação das famílias por exigência da prática da coivara. De toda forma, as comunidades buscaram formas diversas de resistir, seja nas práticas rotineiras, seja por meio da manutenção de práticas simbólicas:

Entretanto, conjugada com essas expressões públicas de organização comunitária, persistiram também àquelas de caráter mais cotidiano da resistência, que manipulam elementos de uma dimensão imaterial do movimento como ação política oculta. (CRUZ, 2019, p. 271).

Outro trabalho consultado foi “A história difícil do Brasil: contraponto entre o pensamento histórico, a consciência histórica de jovens quilombolas e os conteúdos

curriculares”, de Cristina Elena Taborda Ribas, dissertação apresentada em 2019 ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR.

O texto, produto de pesquisa centrado na esfera da Educação Histórica, analisou documentos escolares para verificar conteúdos relacionados às lutas e às conquistas realizadas pelas comunidades do Vale do Ribeira.

Nesse sentido, a finalidade do trabalho foi examinar a construção da consciência histórica de estudantes quilombolas da Comunidade Remanescente de Quilombo de João Surá.

Nas respostas dos estudantes, foi possível perceber o quanto a história difícil sobre os antepassados, as realidades de lutas, a resistência, são muito vivas nas memórias dos sujeitos do Colégio Diogo Ramos. (RIBAS, 2019, p. 9).

A ação realizada pelos estudantes, de rememorar o passado de lutas e resistências de seus antepassados, além de subsidiar a evolução da aprendizagem ancorada historicamente, permite ainda que esses sujeitos preencham de sentidos as suas relações com o meio social que os cerca.

O sétimo trabalho analisado é intitulado “Mulheres dos quilombos João Surá e Córrego das Moças: saberes tradicionais e práticas agroecológicas”, de Rosiany Maria da Silva, dissertação foi apresentada em 2019 ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia da Universidade Estadual de Maringá.

Com uso da etnografia, o estudo buscou refletir sobre o papel das mulheres de João Surá no cultivo dos alimentos e na preservação dos saberes tradicionais. O texto concluiu que apesar da exploração e (tentativa) de apagamento ocorridos durante gerações:

Estas mulheres, apesar de tudo, seguem trabalhando arduamente, rompendo barreiras do modelo patriarcal e do racismo impregnado no processo histórico de formação da sociedade brasileira, reproduzindo seus saberes e mantendo uma relação de respeito e reciprocidade com o meio que habitam. (SILVA, 2019, p. 83).

A observação da autora nos permite afirmar que existe, sim, um movimento organizado e emancipador de resistência em João Surá e que as mulheres quilombolas estão na vanguarda de alguns desses processos, especialmente, como demonstra o estudo, no trato com a terra para a obtenção de alimentos.

O oitavo e último trabalho acadêmico analisado foi o de Maria Elvira Alves Moreira. Sua dissertação “Identidade quilombola no Paraná: contos, cantos e encantos” foi apresentada em 2019 ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina.

O trabalho da pesquisadora buscou, por meio da linguística discursiva, apontar elementos que pudessem ser ligados a uma identidade quilombola. No referido trabalho foi utilizada a Análise de Discurso e estudados narrativas, cantigas e cantos dos moradores da comunidade. A pesquisadora afirma que:

[...] podemos, ao concluir esse texto, afirmar que consideramos haver sim elementos discursivos que identifiquem uma comunidade quilombola paranaense. E, na mesma medida, consideramos que muitos desses elementos podem ser aproximados a elementos de matriz africana – e também de matrizes brasileiras, indígenas e europeias. (MOREIRA, 2019, p. 84).

A autora, embora reconheça a dificuldade, em um trabalho dessa envergadura, de estabelecer uma linha que demonstre a trajetória de transformações simbólicas dos sujeitos escravizados em sujeitos quilombolas, afirma que é possível sustentar que existe, sim, elementos discursivos que manifestam essa história.

6.1 EPISTEMICÍDIO: NOTAS TEÓRICAS E MATERIALIDADES

Estabeleceremos a partir de agora um diálogo entre os trabalhos acadêmicos apresentados e textos que teorizam sobre epistemicídio. De início, vale destacar que a leitura de trabalhos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento que se debruçaram sobre as dinâmicas sociais da Comunidade de João Surá, mais que um imenso desafio, trouxe para análise resultante uma outra densidade que não seria possível com textos produzidos por áreas semelhantes.

Baseado nos autores elencados, podemos assumir que os processos que estabelecem o epistemicídio consistem em eliminar os conhecimentos acumulados por uma coletividade, seja por meio do aniquilamento dos corpos, seja por meio da hierarquização dos modos de viver.

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização no contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala”. (CARNEIRO, 2005, p. 99).

Nesse sentido, não é exagero apontar que o epistemicídio, além de matar alegoricamente o passado, apagando ou diminuindo a contribuição simbólica e material dos povos escravizados, assassina seu presente – diretamente – quando eliminam seus corpos (CERQUEIRA, 2021) e nega o futuro quando restringe o acesso à educação de qualidade.

Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos aniquilamentos ou subordinação da razão. Dinâmica e produção que tem se feito pelo rebaixamento da auto-estima que compromete a capacidade cognitiva e a confiança intelectual, pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, nos instrumentos pedagógicos ou nas relações sociais no cotidiano escolar, pela deslegitimação dos saberes dos negros sobre si mesmos e sobre o mundo, pela desvalorização, ou negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano ao patrimônio cultural da humanidade, pela indução ou promoção do embranquecimento cultural etc. A esses processos denominamos, nesta tese, de epistemicídio. (CARNEIRO, *op. cit.*, p. 324).

Inserido dentro dessa lógica, restam aos negros buscar formas de se albergar nesse sistema. Para a maioria dessa população, o caminho oferecido pela elite brasileira foi o do “branqueamento”; aos que buscavam se incorporar à sociedade, deveriam negar sua identidade negra e ancestral. Assim foi criada e normalizada uma outra categoria racial, os pardos. Essa categoria permitiu ao senso comum a assimilação do discurso da democracia racial. Com essa construção, foi possível à elite brasileira prosseguir com o processo de apagamento dos descendentes dos escravizados e enfraquecer possíveis movimentos de críticas aos processos de subalternização que os negros sofriam.

Tendo em vista que os negros são tidos, enquanto coletividade, como não portadores dos elementos civilizatórios e raciais desejáveis para o projeto de nação que se desenha a partir da República, a primeira possibilidade para sua inclusão se dará de forma individualizada, do que decorre uma mobilidade social individual consentida e que é a tônica do processo de inclusão social dos negros. Ela se dará em reconhecimento a excepcionalidades inscritas exclusivamente no âmbito dessa individualidade. E será tão melhor aceita quanto mais puder se desassociar das marcas físicas e simbólicas da negritude. (CARNEIRO, 2005, p. 70).

A resistência a esses processos de hierarquização, apagamento e subalternização se manifesta em várias dimensões da vida dos sujeitos socialmente marginalizados. Nosso trabalho agora é apontar, com base nos textos coligidos, alguma dessas formas de resistência.

O trabalho de Prohmann nos oferece um exemplo de resistência, nesse caso, a perpetuação da memória coletiva, materializada nos discursos orais dos moradores mais antigos. Esses verdadeiros guardiões dos saberes ancestrais são o amálgama que liga o passado ao futuro:

A tradição a que Lima se refere como sendo a “memória colectiva” ainda é resguardada pelos anciãos do Quilombo de João Surá, são senhores e senhoras respeitados por suas memórias privilegiadas, e são capazes de descrever práticas que fazem parte do folclore local. Mas já não parece possível afirmar que os mais jovens também cultivam essa memória coletiva com a mesma naturalidade como era transmitida antigamente. Mesmo assim, por mais que nem todas as histórias tenham sido preservadas, as mais importantes delas no que diz respeito ao “sentido agregador de família e vinculação à terra” ainda se observa conforme se percebe na fala da jovem merendeira e de outros jovens que atualmente exercem ofícios que aprenderam com os seus pais, se aproximando da afirmação de que “o ato de lembrar está na essência das tradições que sustentam a organização comunitária e formas de governar nessas sociedades”. (PROHMANN, 2012, p. 52).

Outro aspecto central na manutenção da coesão social desse coletivo é sua identidade, construída por meio de conjunto compartilhado de símbolos. Nesse sentido, o trabalho de Moreira (2019) nos fornece um importante testemunho:

Consideramos, contudo, que os elementos que constituem a identidade quilombola paranaense, a partir do que analisamos em João Surá, são prevalentemente:

- O discurso sobre a liberdade e o seu contrário, o cativo, a opressão;
- Os discursos sobre a sociabilidade e a reciprocidade na organização do território, do trabalho e das relações familiares da comunidade;
- O discurso sobre o passado da comunidade, em que havia abundância de recursos e harmonia entre os moradores da região num tempo anterior à regulamentação fundiária que beneficiou grandes fazendeiros e “firmas”;

- A reverência aos mais velhos, sejam aos idosos que moram na comunidade ou aos ancestrais, já falecidos, e a seus ensinamentos;
- As práticas religiosas católicas tecidas sobre uma relação de reciprocidade que aponta para as religiões de matriz africana.

Esse quadro nos leva a concluir que a Memória discursiva atua como fio condutor que possibilita um ir e vir, um transitar entre práticas socioculturais e discursos de um entremeio que dialoga ora com a fuga da tradição, o mundo contemporâneo; e ora com a memória discursiva ancestral, tecida aos lugares de memória e a valorização necessária pela ação política de reivindicação de direitos. (MOREIRA, 2019, p. 84-85).

Na esfera da vida material, o trabalho de Fidelis nos fornece um elemento preciso sobre como as comunidades durante séculos, mesmo diante das limitações que a geografia local impunha, estabeleceram estratégias exitosas para viabilizar seu sustento alimentar:

A seleção das melhores cultivares, as que melhor produzem, coincide com as sementes que dão os alimentos preferidos por estes quilombolas. São sementes que vêm sendo cultivadas durante um longo tempo e que são mescladas com outras sementes vindas de outras Comunidades Quilombolas e de comunidades da agricultura familiar da região. Em algumas comunidades, o tempo que estas sementes e mudas vêm sendo cultivadas chega a 150 anos; noutras estão de 40 anos a 60 anos. A base para alimentação das famílias está fundada em sete sementes e mudas crioulas: feijão, arroz, mandioca, milho, cana-de-açúcar, banana e, em algumas famílias, a batata-doce também está presente nos cultivos. (FIDELIS, 2015, p. 179).

Ainda na dimensão da subsistência material, o estudo de Silva nos fornece um outro aspecto relevante: a assunção das mulheres na dinâmica decisória sobre práticas agroecológica:

Fica evidenciada a forma de organização do trabalho nessas comunidades e a contribuição das mulheres quilombolas, no contexto da agricultura familiar e na produção em bases ecológicas, dentro das comunidades tradicionais e a relação desta forma de trabalhar a terra com os seus saberes ancestrais. Essas mulheres estão, há algum tempo, persistindo e reinventando a velha forma de fazer agricultura, se apoiando em princípios considerados agroecológicos que reúnem a relação: conhecimento, interação, com respeito ao meio ambiente, o planejar o cultivo de forma que atenda às necessidades do ser humano, da alimentação saudável e família, da comunidade, sem grandes preocupações com excedente e o acúmulo, à vivência social na comunidade de forma harmoniosa, de trocas coletivas e apoio mútuo e o aproveitamento dos recursos naturais com responsabilidade na preservação para o usufruto das próximas gerações. (SILVA, 2019, p. 83).

Fidelis também apontou para a atuação decisiva das mulheres, seja na organização dos núcleos familiares, seja na lida com a terra e a posterior venda de

seus produtos, seja nas tratativas com instituições de ensino ou em diálogos com organizações privadas.

As mulheres das famílias que participam desta pesquisa estão no centro de todas as decisões da família. Decidem sobre os trabalhos dos cultivos nas roças, das vendas dos produtos, participam ativamente de suas associações quilombolas no papel de lideranças, representando suas comunidades politicamente frente ao poder público local, na relação com outros quilombos, na mediação de projetos de extensão e de pesquisas das muitas ONGs e universidades que pelas comunidades transitam. Elas são o motor que leva as famílias para frente; cuidam, além da agricultura, dos filhos e netos mais novos, da saúde destes pequenos e também dos mais idosos, além da educação formal e informal dos que estão em idade escolar. (FIDELIS, 2015, p. 176).

Os trabalhos analisados apontam também para aspectos que mobilizam e exigem respostas da comunidade, como para preparar as novas gerações para os desafios que a sociedade coloca, conforme sugere o estudo de Ribas (2019) sobre a consciência histórias dos jovens quilombolas de João Surá:

Foi possível perceber que alguns estudantes pesquisados possuem uma consciência histórica sobre sua própria identidade e da comunidade, mas acerca de um viés mais sociológico do que histórico. Dentre essa sabedoria que percorre a comunidade, percebe-se nas respostas dadas pelos mesmos que eles desejam ter um conhecimento mais científico, que esteja presente seja nos materiais didáticos ou em outras obras, para que possam ter acesso a mais histórias a respeito de gerações anteriores, das histórias de suas etnias; considerá-los parte da sociedade brasileira e não os deixar à margem. (RIBAS, 2019, p. 120).

Quanto à manutenção, pela comunidade de João Surá, da integridade de seu território e do seu modo de vida, Moscal (2017) aponta que:

A política de regularização fundiária tem se revelado um instrumento para (re)construção e cristalização da identidade do quilombola contemporânea, pois incita o reconhecimento do quilombola frente aos outros e fortalece a identidade que emerge. Assim, a relação com a terra ocupada torna-se a mola propulsora para o surgimento de um novo sujeito político, todavia, a luta é incessante e alvo de interesses diversos. Essa afirmação vem de encontro ao anseio percebido durante a trajetória de trabalho junto às comunidades de remanescentes de quilombo sobrepostas ao Parque das Lauráceas. Embora reconheçam a importância de manter e difundir todo seu patrimônio cultural, material e imaterial, a afirmação de sua identidade vem, sobretudo, da necessidade de se organizar para garantir a regularização das terras onde vivem hoje e onde viveram seus ancestrais. Vem também da possibilidade de conquistar condições de vida mais dignas tanto para os que lá estão, quanto para os que ainda virão. A consciência da conservação e manejo sustentável da mata é predominante entre os quilombolas das Lauráceas. O acúmulo de conhecimentos construídos através da observação e vivência com a natureza foi e ainda é determinante

na definição de estratégias de manejo dos recursos naturais para muitos deles. A legitimação do conhecimento tradicional seria uma forma de (re) afirmar as comunidades quilombolas como agentes de conservação da natureza detentoras de práticas de manejo e produção sustentável, pois são notórias as boas condições florestais em que se encontram os territórios destes povos. (MOSCAL, 2017, p. 102).

Já o trabalho de Freitas Júnior apresenta um importante relato sobre como o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, localizado dentro da Comunidade de Remanescentes de Quilombo de João Surá, está oferecendo um ambiente educativo diferenciado a sua comunidade. Esta participa ativamente da elaboração do Projeto Político Pedagógico, além de compor, na sua grande maioria, o quadro de funcionários do Colégio.

Vale destacar que a proposta pedagógica elaborada para o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos se tornou modelo para a Educação Escolar Quilombola no Paraná e foi criada em contraposição à escola consolidada, que tem o mesmo currículo das escolas urbanas, que desconhece a realidade de estudantes quilombolas que deixavam suas residências e viajam horas a pé até o ponto do transporte escolar para chegar à escola. (FREITAS JÚNIOR, 2021, p. 116).

Outro elemento que merece destaque e que deve ser entendido como resultado das lutas de um grande conjunto de pessoas é o reconhecimento dos esforços da Comunidade de Remanescentes de Quilombo de João Surá, conforme exposto no trabalho de Komarcheski:

Constatamos assim que a comunidade de João Surá insere-se em um processo de organização mais amplo, promovido em rede, ao menos desde o início da década de 1990, quando algumas de suas lideranças se envolveram com a organização das comunidades negras rurais na região do Vale do Ribeira. Desse modo, o processo de reconhecimento enquanto remanescente de quilombo por qual passou, o que marcou decisivamente os rumos da organização social da comunidade, já contava com um ambiente favorável para o sucesso de sua realização, o que contribuiu, por sua vez, para a visibilidade que a comunidade adquiriu na sequência no estado do Paraná, bem como no Vale do Ribeira. (KOMARCHESKI, 2019, p. 262).

Essa trajetória de lutas, além de explicitar o caráter combativo da Comunidade de João Surá, serve também como elemento de coesão e reforço da identidade quilombola.

Acionar determinadas identidades, de forma isolada ou em conjunto, enquanto uma estratégia de ação, além de não oferecer uma “ameaça” à identidade quilombola da comunidade de João Surá, pelo contrário, se configura como mais uma expressão de resistência do grupo, que se desenvolve ao longo do tempo e a partir de relações tecidas em redes de re-existências com atores diversos. (KOMARCHESKI, *op. cit.*, p. 260-261).

Além disso, os tensionamentos envolvidos no processo de regularização fundiária que a comunidade vem sofrendo estão provocando um processo de evolução, no sentido de fazer surgir uma outra identidade quilombola, resultado direto das lutas contra o epistemicídio, como veremos a seguir.

6.2 A VOZ DOS SUJEITOS

Como *locus* socialmente privilegiado, centro de produção de conhecimento e ambiente ideal para estimular a emancipação intelectual dos indivíduos, a academia deve incentivar discursos que enfrentem o paradigma epistêmico que vigora, colonial e eurocentrado:

O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia. E embora isso implique um componente etnocêntrico, este não o explica, nem é a sua fonte principal de sentido. Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, consequentemente como dadas, não suscetíveis de ser questionadas. (SANTOS; MENESES, 2013, p. 69).

Nosso trabalho, com o propósito de contribuir para esse enfrentamento, dialogou com discursos emanados em textos produzidos por eminentes pesquisadores e pesquisadoras de variadas instituições de Ensino Superior e de diferentes áreas de conhecimento.

Conjugado a esse esforço, e por compreender que a luta contra a invisibilização dos saberes deve ser realizada em todas as dimensões da academia, buscamos, na medida do possível e enfrentando uma série de limitações, ouvir e registrar as vozes dos sujeitos que constituem a Comunidade de Remanescente de Quilombo de João Surá.

Nesse sentido, em visita realizada entre os dias 5 e 7 de agosto de 2022, foi possível dialogar com membros dessa Comunidade e realizar alguns registros fotográficos.

Nosso primeiro encontro foi com o casal senhor J. e a senhora I., ambos nascidos na comunidade. Eles mantêm alguns modos tradicionais de processar seus alimentos, como a farinha de mandioca, o melaço e a rapadura, e vêm dedicando tempo, recursos financeiros e esforços para modernizar essas atividades, seja com a adoção da energia elétrica para moer a cana, para fazer a garapa ou a rapadura, seja para ralar e prensar a mandioca, que posteriormente será torrada para se obter a preciosa farinha.

Em nossa conversa sobre as principais conquistas da comunidade, destaco a trecho no qual o casal relatou que um dos maiores desafios foi convencer membros da comunidade a aderir ao projeto de construção do Colégio Diogo Ramos. Grande parte da resistência se devia ao fato de que as obras para a construção do colégio seriam realizadas sobre o campo de futebol, uma das únicas opções de lazer da comunidade. Essa resistência foi vencida com bastante diálogo e com a construção, em outro lugar, de um novo campo de futebol.

Também pudemos testemunhar a romaria a São Gonçalo de Amarante, festa que foi realizada na residência da senhora D., na sede da comunidade, em João Surá. Mas quem foi esse santo?

Nascido no ano de em 1187 em Arriconha Tagilde, norte de Portugal, Gonçalo de Amarante era descendente de família muito devota e rica. Logo após a conclusão de seus estudos em teologia, ingressou na vida religiosa, para a qual dedicou os dias de sua vida. Faleceu em 1259, sendo enterrado em Amarante, nas proximidades da cidade do Porto.

O primeiro registro, em solo brasileiro, mais precisamente na Bahia, de culto a São Gonçalo data de 1718, e foi realizado pelo viajante francês Gentil La Barbinais.

As ações envolvidas no pagamento de uma graça solicitada e alcançada a São Gonçalo são o desfecho de um contrato realizado entre o fiel e sua divindade. Para tanto, o sujeito favorecido precisará do auxílio da comunidade, pois o ritual necessário para a romaria demanda que as pessoas participantes sejam conhecedoras das músicas e danças envolvidas no ritual.

A dança, parte central da romaria, tem sua formatação preestabelecida, apresentando fileiras organizadas e coordenadas pelos tocadores de violão, que

desenvolvem suas coreografias em frente ao altar montado em homenagem ao santo.

A romaria ainda é mantida pela comunidade: a matriarca, mesmo em idade avançada, fez todos os esforços, que incluem além da preparação do altar, bem como a preparação do café que é oferecido aos convidados, para manter a tradicional festividade.

IMAGEM 2 – Altar em homenagem a São Gonçalo



Fonte: O autor (2022).

IMAGEM 3 – Danças e cantos em frente ao altar dedicado a São Gonçalo



Fonte: O autor (2022).

IMAGEM 4 - Detalhe do café oferecido aos convidados da romaria em homenagem a São Gonçalo



Fonte: O autor (2022).

Esse evento nos permitiu testemunhar a participação de um considerável número de crianças na romaria, fato que nos permite inferir que a festividade continuará a ser realizada no futuro, garantido um espaço valioso de convivência e partilha de signos, elementos que permitem a manutenção de laços de companheirismo e reforçam a coesão social.

Meu terceiro e último encontro foi no pátio do Colégio Diogo Ramos, com o senhor D., o pedagogo do colégio. Na conversa, além de um breve histórico da construção do colégio, ele nos relatou que a comunidade participa efetivamente das rotinas da escola, seja nas instâncias consultivas e deliberativas, seja na condução dos espaços do colégio, pois a grande maioria dos professores e funcionários é composta por moradores da comunidade.

O pedagogo relatou ainda que o maior desafio do corpo docente é fornecer aos alunos, se desejarem, elementos que viabilizem a permanência na comunidade.

Outro desafio vencido pela comunidade foi materializar uma escola que oferecesse uma educação quilombola, mesmo inserida em um contexto burocrático que a marginaliza.

O pedagogo afirmou que o corpo docente mantém diálogos e trocas de saberes que permitem que suas práticas sejam potencializadas. Exemplo concreto são as ações realizadas dentro da Semana da Consciência Negra. A Semana realizada em 2020 foi ainda mais especial para a comunidade, pois marcou os 100 anos do primeiro documento que registra a oferta de educação escolar em João Surá, por meio do educador Diogo Ramos, que dá nome ao colégio da comunidade. No subcapítulo a seguir abordaremos mais especificamente sobre esse colégio.

Assim, compreendemos que parte considerável do sucesso para a coesão e longevidade da comunidade se deve às iniciativas e às articulações que resultam em maior sinergia entre as ações dos envolvidos.

Além disso, outro aspecto notado nessa visita e que pode explicar o êxito na manutenção da comunidade coesa é a renovação das lideranças políticas e culturais. Um exemplo é o sr. J., que em função dos seus sólidos conhecimentos do meio que o circunda, foi contratado para trabalhar na APA das Lauráceas e que em suas atividades dentro do parque, quando necessário, contrata moradores das comunidades que fazem limite como o parque. Assim, segundo o senhor J., além de gerar renda para esses sujeitos e evitar o êxodo para as cidades, esses

trabalhadores acabam se transformando em agentes sensibilizadores de práticas de vigilância e cuidado da fauna e da flora da região.

6.3 COLÉGIO DIOGO RAMOS – UMA EDUCAÇÃO FRONTEIRIÇA

O ano de 2005 marcou a criação da Associação Remanescente de Quilombo João Surá, entidade coletiva que é constituída para pressionar as administrações municipal e estadual a materializar direitos básicos da comunidade, como acesso à educação e saúde, por exemplo.

Em 2006, já certificada pela Fundação Palmares, a comunidade teve uma das suas mais importantes demandas atendidas: a criação do Colégio Quilombola Diogo Ramos. Em 2009, em João Surá, o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos iniciou suas atividades, com oferta de Ensino Fundamental e Médio.

IMAGEM 5 – Entrada do Colégio Quilombola Diogo Ramos



Fonte: Página do colégio no Facebook (2022).

Conforme expresso no tópico anterior, o nome dessa instituição escolar é uma justa homenagem ao educador Diogo Ramos Mendes, morador da comunidade e primeiro professor do local, que iniciou suas atividades de ensino por volta de 1920.

Atualmente, o colégio abriga 15 estudantes no Ensino Médio, oferecido no turno da manhã, e 14 alunos no Ensino Fundamental, oferecido no período da tarde. O quadro de profissionais ativos no colégio é de 14, sendo 9 professores, 4 agentes e 1 pessoa na Direção do colégio.¹⁴

O atual Projeto Político Pedagógico (PPP)¹⁵ do colégio aponta para o diálogo como fundamento para inserir o conjunto de saberes acumulados por séculos pela/na comunidade, em face do sistema epistêmico eurocentrado e colonizador.

De forma alguma os saberes trabalhados na Proposta Pedagógica Quilombola são excludentes, ao contrário, têm a dupla função de inserir a cultura, os conhecimentos tradicionais da cultura quilombola além de se relacionar com conhecimentos construídos em outros contextos, aproximando-se da perspectiva de Ecologia de Saberes, proposta por Boaventura de Sousa Santos, universalmente para que os estudantes quilombolas saiam preparados/as para ocupar outros espaços com orgulho de seu pertencimento étnico-racial. (PARANÁ, 2022, p. 37).

Para tanto, o currículo do colégio aponta para a necessidade urgente de oferecer um contraponto ao modelo hegemônico que legitima e estabelece a hierarquização de saberes e produz o apagamento dos sujeitos detentores de saberes não-europeus, como resultado:

O ocultamento do locus de enunciação e o mito da neutralidade são produtores de um discurso sobre a Verdade Universal que pretende situar o pensamento ocidental como o ponto zero epistêmico. (PARANÁ, *op. cit.*, p. 200).

É necessário acrescentar para além disso, que essa dinâmica de produção do pensamento ocidental não é apenas de ocultamento e silenciamento de outras formas de conhecimentos subalternizados, mas também, em certos casos, de apropriação e expropriação dos mesmos. (PARANÁ, *op. cit.*, p. 200).

Não se trata, entretanto, de deslegitimar o pensamento ocidental e substituí-lo pelo conhecimento quilombola. O que pretendemos desenvolver, a partir de uma perspectiva de interculturalidade é a produção de um pensamento crítico de fronteira. (PARANÁ, *op. cit.*, p. 201).

¹⁴ Informação verbal coletada durante a entrevista.

¹⁵ O PPP do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos foi disponibilizado ao pesquisador via compartilhamento eletrônico do arquivo. Na internet, encontra-se disponível em: <https://pt.scribd.com/document/411459276/PPP-EscolaQuilombola>.

Nesse contexto, a gestão participativa permite que comunidade assuma papel central nos debates e construções de diretrizes para materializar essas ações.

Como explicitamos anteriormente, a gestão democrática como princípio orientador desse projeto político pedagógico exige um olhar e escuta para a comunidade escolar, sua identidade e peculiaridades locais, que incluem entre outros princípios o trabalho em mutirão e o respeito ao combinado. (PARANÁ, *op. cit.*, p. 86).

Destaca-se também o papel que a Associação tem desempenhado na indicação dos profissionais da educação que atuam na escola, por meio da concessão de carta de anuência. (PARANÁ, *op. cit.*, p. 87).

A Carta de Anuência é uma declaração onde a comunidade tem autonomia de escolher ou classificar qual perfil atende mais os objetivos da escola quilombola. Da mesma forma, a Carta é retirada se no decorrer dos tempos o professor ou funcionário escolhido não corresponder às expectativas ou não caminhar junto com a direção para alcançar seu plano de ação apresentado para a comunidade no início de sua gestão. (PARANÁ, *op. cit.*, p. 88).

E nessa dinâmica, os anciões, em razão de todo respeito e importância para a comunidade, tem papel de reconhecido destaque, efetivado por meio de uma das mais importantes instâncias representativas: o Conselho dos Mais Velhos, que é

[...] última e a mais valiosa instância de um colégio que está localizado em uma comunidade quilombola, característica dos Povos Negros trazidos do continente africano onde dão grande importância os conselhos dos mais velhos. No colégio quilombola não é diferente. A direção sempre consulta os mais velhos para seguir nas tomadas de decisão políticas pedagógicas que a escola deve trabalhar e assim poder aperfeiçoar os trabalhos pedagógicos usando esse método para inserir no currículo conhecimentos e práticas silenciadas, que algumas vezes parecem esquecidas no passado, para contribuir na afirmação da cultura quilombola. Para além dessa consulta de ordem pedagógica, o Conselho dos Mais Velhos do Quilombo, tal como é costume na comunidade quilombola, pode ser convidado a pronunciar-se também quando ocorrem situações políticas delicadas que geram conflitos intracomunitários. (PARANÁ, *op. cit.*, p. 90).

Esse conjunto de características evidenciam o esforço realizado pela comunidade na esfera da educação formal oferecida para seus jovens, objetivando de modo consistente estimular em seus discentes uma outra forma de inserção na sociedade, sem receio de assumir suas origens e encarar com naturalidade todas as formas de conhecimento, sem hierarquias e apagamentos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A milenar história do povo negro teve dentre seus capítulos o transporte somente ao Brasil de cerca de 4 milhões de pessoas retiradas à força do Continente Africano, impingindo a homens, mulheres e crianças três séculos de subalternização, apagamento e morte – física e simbólica.

Infelizmente, os principais indicadores sociais de nosso país, como rendimentos, escolaridade e violência, ainda apontam para um profundo desequilíbrio de fundo racial. Esse imenso desafio civilizatório pode ser superado por políticas que corrijam distorções históricas. A política de cotas raciais é uma importante iniciativa nessa direção, e seus resultados encorajam outras ações correlatas.

A academia, por sua condição estratégica, deve ser um dos polos indutores dessa mudança de paradigma, onde negros e pardos não sejam mais objetos de estudos e, sim, produtores socialmente reconhecidos de saberes.

Nesse sentido, a realidade de lutas da Comunidade de Remanescentes de Quilombo de João Surá aponta para uma direção que possibilita vislumbrar uma trajetória de esperança.

Nossa pesquisa, realizada por meio da análise da produção acadêmica de pesquisadores e pesquisadora nos últimos 10 anos e originadas nas mais variadas áreas do conhecimento, aponta algumas dimensões de resistência e luta dos moradores de João Surá frente a movimentos de epistemicídio, com as demonstrações mais densas vindas dos próprios sujeitos.

Sujeitos que durante séculos viveram no Vale do Ribeira, preservando seus rios e matas, sofreram – e sofrem – com o modelo conservacionista de implantação do Parque Estadual das Lauráceas, criado pelo governo do estado em 1979, que acabou dividindo suas terras e dificultando sobremaneira seu modo de vida e a manutenção de suas tradições.

A população de João Surá, mesmo afastada dos centros urbanos, vem desde a década de 1920 lutando para oferecer aos seus jovens educação formal, possibilitando com isso a oportunidade para os avanços nos estudos e, dessa forma, o acesso a espaços que por muitos anos foi negado aos negros e pardos.

Nesse contexto, a evolução do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, inaugurado em 2009, é exemplo que aponta para a concretização, apesar de todas

as adversidades, de um ambiente educacional que respeita as tradições da comunidade.

Outra demonstração da exemplar da capacidade da luta para vencer séculos de invisibilização foi a formatura de 31 quilombolas no curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, em 2019.

IMAGEM 6– Colação de Grau com solenidade realizada na Comunidade Remanescente de Quilombo de João Surá



Fonte: O autor (2019).

Dessa forma, a comunidade busca formas para se inserir nos mais diversos ambientes e, nesse aspecto, partir de 2018, a Comunidade de Remanescentes de Quilombo de João Surá começou a compartilhar conteúdo por meio da rede social Instagram. Abre-se, com esse movimento, uma nova gama de possibilidades de interações e articulações.

Esses conjuntos de iniciativas nos permitem afirmar que a Comunidade de Remanescente de Quilombo de João Surá renova a cada dia, desde o século XIX, a sua luta contra uma sociedade que ainda subalterniza, hierarquiza e mata o povo negro e pardo.

REFERÊNCIAS

BATISTELLA, A. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 11, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 03 mar. 2022.

CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser**. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 14 jan. 2022.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CERVO, A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, J. J. **O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CRUZ, C. M. **Entre giros e capovas: Política do Movimento e Território no Quilombo João Surá**. 2019. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campina, 2019. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/338490/1/Cruz_CassiusMarcelus_D.pdf. Acesso em: 05 mar. 2022.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIDELIS, L. M. **Família, trabalho e terra: sementes da autonomia na agricultura em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira paranaense**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/957496?guid=1650885737909&returnUrl=%2fsultado%2flistar%3fguid%3d1650885737909%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d957496%23957496&i=4>. Acesso em: 14 jan. 2022.

FREITAS JÚNIOR, B. F. **Escola quilombola e escola do campo: a luta por uma educação decolonial no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula**. 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/73442/R%20-%20D%20-%20BENEDITO%20FLORINDO%20DE%20FREITAS%20JUNIOR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 mar. 2022.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; SANTOS, A. R. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. In: SIMPÓSIO NACIONAL

DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3., 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em: http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf. Acesso em: 14 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica, v. 41, 2019.

_____. **Tabela 2094 – População por cor ou raça e religião**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

KOMARCHESKI, R. **Redes de re-existência desde o Quilombo João Surá**. 2019. 289 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62334/R%20-%20T%20-%20ROSILENE%20KOMARCHESKI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 mar. 2022.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER M.; BONOTTO, D. de L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, Bogotá, n. 14, jul./dic. 2015.

LEWITZKI, T.; FRÓIS, D. Romaria de São Gonçalo: imagens de fé e festa no interior do Paraná. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 58, 2021.

MARQUESE, R. de B. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos CEBRAP**, n. 74, p. 107-123, mar. 2006. Disponível em: www.scielo.br/j/nec/a/xB5SjkdK7zXRvRjKRXRfKPh/?lang=pt. Acesso em: 14 jan. 2022.

MENDONÇA, J. M. N. História e memória da escravidão no Paraná: possibilidades de uma produção na perspectiva da história pública. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 7., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em: www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=117. Acesso em: 14 jan. 2022.

MINAYO, M. C. de S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, M. E. A. **Identidade Quilombola no Paraná**. 2013.

MOSCAL, J. dos S. **Conflitualidades territoriais do Vale do Ribeira paranaense: o Parque Estadual das Lauráceas e os quilombolas do entorno**. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2431>. Acesso em: 05 mar. 2022.

MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, n. 14, 1983.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, C.; MOURA, S. S. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2019.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 2002.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Revista Afrodiáspora**, v. 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

PARANÁ, 2022. **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos - EFM. Adrianópolis, 2022.

PROHMANN, Mariana. **Tradição oral de matriz africana e indústria cultural**: levantamento de tendências na comunidade quilombola de João Surá. 2012. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/9438>. Acesso em: 14 jan. 2022.

REIS, J. J. A presença negra: encontros e conflitos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>. Acesso em: 17 set. 2021.

RIBAS, C. E. T. **A história difícil do Brasil**: contraponto entre o pensamento histórico, a consciência histórica de jovens quilombolas e os conteúdos curriculares. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62740/R%20-%20D%20-%20CRISTINA%20ELENA%20TABORDA%20RIBAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 mar. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à Comarca de Curitiba – 1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

SANTOS, B.de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1994.

SANTOS, B.de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n. I, jul. 2009.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, n. 10, p. 129-136, jun. 2002.

SILVA, R. M. da. **Mulheres dos quilombos João Surá e Córrego das Moças: saberes tradicionais e práticas agroecológicas**. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5660>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SILVA, M. D. de C. Devoções populares no Brasil: o ritual de pagamento de promessa a São Gonçalo de Amarante. In: **Fórum Sociológico**. Série II. Cesnova, 2018. p. 7-18.

SOUZA, T. G. de; LARA, L. M. O Estado da Arte de comunidades quilombolas no Paraná: produção de conhecimento e práticas corporais recorrentes. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 22, p. 555-568, 2011.

TERRA, I. T. C. G. **Cidadania: terras e territórios quilombolas**. Curitiba: ITCG, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VANALI, A. C.; SILVA, P. V. B. da. Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da Universidade Federal do Paraná. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, p. 86-108, 2019.